

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL
DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À
ARBITRAGEM DAS 1ª, 7ª E 9ª RAJS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

Recuperação Judicial

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

GATEKEEPER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA., Administradora Judicial nomeada nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL em epígrafe, requerida por **SADOKIN ELETROELETRÔNICA LTDA**, (“Sadokin” ou “Recuperanda”), em atenção ao disposto no art. 7, §2º da Lei nº 11.101/2005 (“LREF”), requer a juntada aos autos da RELAÇÃO DE CREDORES (**Doc. 1**), elaborada com base nas informações e documentos colhidos na forma do *caput* e do §1º do referido artigo.

I. RELAÇÃO DE CREDORES DA ADMINISTRADORA JUDICIAL - FASE ADMINISTRATIVA

I. 01. Resumo das habilitações e divergências apresentadas

Para a elaboração da Relação de Credores e publicação do edital a que alude o §2º do art. 7º da LREF, esta Auxiliar disponibilizou *e-mail* específico para recepção de habilitações e divergências administrativas (rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br). Todavia, até a data legal, de 27/10/2025, nenhuma habilitação ou divergência administrativa foi recepcionada.

I. 02. Alterações promovidas de ofício por esta Auxiliar

Na forma do *caput* do art. 7º da LREF, esta Auxiliar realizou a conferência de todos os créditos relacionados pela Recuperanda em sua relação de credores (fl. 988). Durante a verificação, constatou a existência de créditos arrolados em desconformidade com os registros contábeis ou sem o devido lastro probatório, pelo que foram **minorados** e/ou **excluídos**. O resultado das análises está sintetizado na tabela abaixo.

Nome	Valor/Classe indicado pela Recuperanda	Valor/Classe apurado pelo AJ	Resultado da Análise
Richard Bragança	R\$ 44.893,27 – Classe I	R\$ 40.774,34 – Classe I	Crédito minorado com base em apuração contábil-financeira.
Jovilson Aparecido Barroso	R\$ 44.089,84 – Classe I	R\$ 40.178,40 – Classe I	Crédito minorado com base em apuração contábil-financeira.
Paulo Henrique Jesus de Assis	R\$ 47.148,89 – Classe I	R\$ 42.199,52 – Classe I	Crédito minorado com base em apuração contábil-financeira.
Lauro Azevedo Magalhães	R\$ 542.350,00 – Classe I	R\$ 335.487,93 – Classe I	Crédito minorado com base em apuração contábil-financeira.
Vilton Silva Sampaio	R\$ 45.903,57 – Classe I	R\$ 42.694,14 – Classe I	Crédito minorado com base em apuração contábil-financeira.
SNJ Import & Exports Comércio e Indústria Ltda.	R\$ 330.947,38 – Classe III	R\$ 335.109,83 – Classe III	Crédito majorado com base em apuração contábil-financeira.
Vita Serviços Administrativos Ltda.	R\$ 12.300,00 – Classe III	R\$ 12.462,54 – Classe III	Crédito majorado com base em apuração contábil-financeira.
Gestão Contabilidade Empresarial Ltda.	R\$ 9.000,00 – Classe III	R\$ 9.118,93 – Classe III	Crédito majorado com base em apuração contábil-financeira.
Banco Santander S.A.	R\$ 746.477,66 – Classe III	N/A	Crédito excluído. Documentação comprobatória insuficiente, sem comprovação de liquidação ou adimplementos parciais, ou débito ainda existente.
SDK Elétrica e Eletrônicas Ltda.	R\$ 775.892,13 – Classe III	N/A	Crédito excluído. Documentação comprobatória insuficiente, sem apresentação de contrato de aluguel.

Cumprido esclarecer que esta Administradora Judicial franqueou acesso à Recuperanda das análises realizadas, em atenção ao princípio do contraditório, todavia, nenhuma observação foi realizada.

A análise individualizada que fundamentou as movimentações mencionadas acima consta dos respectivos pareceres anexos (**Doc. 2**), que trazem em seu bojo as informações relativas aos documentos apresentados pela Recuperanda¹, assim como a fundamentação pertinente.

II. RESUMO DO PASSIVO APURADO ATÉ A PRESENTE DATA

Considerando todos os créditos apurados por esta Auxiliar até a data corte² das análises, que culminaram em retificações ou exclusões de crédito, esta Administradora Judicial apurou o passivo da Recuperanda até a data do pedido de tutela cautelar (19/05/2025), sujeito aos efeitos da recuperação judicial, de **R\$ 858.025,63**, devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da LREF, distribuído entre 8 (oito) credores, sendo R\$ 501.334,33 na Classe I – Trabalhista, e R\$ 356.691,30 na Classe III – Quirografária.



GATEKEEPER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA. SADOKIN ELETRÔNICA LTDA Relação de Credores elaborada pela Administração Judicial - Art. 7º. § 2º.			
Quadro Geral de Credores consolidado			
Classe	Valor	Quantidade de credores	Representatividade (%)
Classe I - Trabalhista	R\$ 501.334,33	5	58,43%
Classe III - Quirografário	R\$ 356.691,30	3	41,57%
TOTAL	R\$ 858.025,63	8	100,00%

¹ Os documentos encontram-se arquivados na sede desta Auxiliar e poderão ser consultados pelos credores, Recuperanda e demais interessados, mediante solicitação prévia.

² 05/12/2025

A comparação entre a relação de credores apresentada pela Recuperanda (fl. 988) e a desta Auxiliar evidencia relevante minoração do passivo concursal. Enquanto a Recuperanda apresentou um passivo inicial de R\$ 2.598.928,74, esta Administradora Judicial apurou o montante de R\$ 858.025,63, o que representa um decréscimo de R\$ 1.740.903,11 – ou aproximadamente 67%.

A principal diferença está na Classe III – Quirografária, que passou de R\$ 1.874.543,17 para R\$ 356.691,30, representando uma diminuição de quase 81%, notadamente, da exclusão de dois credores quirografários³, cuja documentação comprobatória do crédito foi solicitada à Recuperanda e, diante da não apresentação, foram excluídos, conforme consta dos pareceres. Na Classe I – Trabalhista, o valor concursal passou de R\$ 724.385,57 para R\$ 501.334,33, o que representa um decréscimo de aproximadamente 31%.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentada a Segunda Relação de Credores, esta Auxiliar requer seja determinada a publicação do edital a que se refere o art. 7º, § 2º, da LREF, em formato reduzido, com o qual, qualquer credor, devedor, seus sócios ou Ministério Público poderão apresentar impugnação contra a relação de credores ora apresentada, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 8º da LFRE, cuja sugestão será encaminhada à Z. Serventia para conferência e cálculo das custas.

Toda a documentação que embasou a análise dos créditos e das divergências apresentadas pelos credores se encontra à inteira disposição deste Juízo, dos credores, devedores e seus sócios e Ministério Público, devendo, em caso de interesse, ser solicitada via *e-mail* (rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br).

³ Banco Santander S.A. e SDK Elétrica e Eletrônicas Ltda.

Sendo o que cumpria informar, esta Auxiliar permanece à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 10 de dezembro de 2025

GATEKEEPER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

Rodrigo Cahu Beltrão – OAB/SP 357.559 | Flávia Botta – OAB/SP 351.859
Tarcísio de Souza Neto – OAB/SP 423.711 | Sabina Ferreira – OAB/SP 444.272
Mariany Melchiades – OAB/SP 508.961 | Vitor Paulo Sanches – OAB/SP 499.149



DOC. 1



GATEKEEPER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA. SADOKIN ELETRÔNICA LTDA Relação de Credores elaborada pela Administração Judicial - Art. 7º. § 2º.			
Quadro Geral de Credores consolidado			
Classe	Valor	Quantidade de credores	Representatividade (%)
Classe I - Trabalhista	R\$ 501.334,33	5	58,43%
Classe III - Quirografário	R\$ 356.691,30	3	41,57%
TOTAL	R\$ 858.025,63	8	100,00%

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIA BOTTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/12/2025 às 18:38, sob o número W1RJ25700430860. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001348-61.2025.8.26.0260 e código QR.



Relação de Credores elaborada pela Administração Judicial - Art. 7º. § 2º.

Classe I: Titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho e equiparados

Ordem	Nome do credor	CNPJ/CPF	Valor (R\$)	Tipo de crédito
1	JOVILSON APARECIDO BARROSO	009.175.046-66	R\$ 40.178,40	HABILITADO
2	LAURO AZEVEDO MAGALHÃES	001.158.398-36	R\$ 335.487,93	HABILITADO
3	PAULO HENRIQUE JESUS DE ASSIS	636.340.746-04	R\$ 42.199,52	HABILITADO
4	RICHARD BRAGANÇA	875.729.406-25	R\$ 40.774,34	HABILITADO
5	VILTON SILVA SAMPAIO	093.479.618-17	R\$ 42.694,14	HABILITADO

Total Classe I - Trabalhista e equiparados

R\$ 501.334,33



GATEKEEPER ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

SADOKIN ELETRÔNICA LTDA

Relação de Credores elaborada pela Administração Judicial - Art. 7º. § 2º.

Classe III: Titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados

Ordem	Nome do credor	CNPJ/CPF	Valor (R\$)	Tipo de crédito
1	GESTAO CONTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA	05.571.106/0001-69	R\$ 9.118,93	HABILITADO
2	SNJ IMPORT & EXPORTS COMERCIO E INDUSTRIAL LTDA	07.390.409/0001-00	R\$ 335.109,83	HABILITADO
3	VITA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	48.763.681/0001-76	R\$ 12.462,54	HABILITADO

Total Classe III - Titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados

R\$ 356.691,30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIA BOTTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 16/02/2025 às 18:38, sob o número W1RJ25700430860. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 10014496-1/2025 e código de verificação R41.



DOC. 2



Richard Bragança

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Richard Bragança
CPF/MF nº: 875.729.406-25

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 44.893,27 – Classe I
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 44.893,27 – Classe I
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Termo de rescisão do contrato de trabalho; (II) Guia do FGTS Digital; e (III) Comunicação de aviso prévio do empregador.



RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL		
<input type="checkbox"/> Acolhido	<input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido	<input type="checkbox"/> Não acolhido
<p>Considerações:</p> <p>O termo de rescisão do contrato de trabalho e a guia do FGTS digital comprovam a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005.</p> <p>Verificou-se que o contrato do trabalho encerrou-se em 02/05/2025, razão pela qual o crédito tem natureza concursal, haja vista o pedido concessão de tutela de urgência datou de 19/05/2025. O referido termo indicou o valor rescisório líquido no montante de R\$ 13.453,39. Já a GFD demonstrou saldo a pagar de R\$ 27.173,17. Ambas as verbas foram atualizadas monetariamente pelo IPCA-E até a data de 19/05/2025, com incidência de juros de mora de 1% a.m.</p> <p>Cumprе registrar que os valores constantes no TRCT e na GFD foram devidamente atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹. Ainda, nos termos da jurisprudência do TJSP, os valores relativos ao FGTS devem ser pagos ao trabalhador². Assim, o valor do crédito de Richard Bragança, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 40.774,34, conforme memória de cálculo e excerto do termo de rescisão do contrato de trabalho abaixo, devendo ser minorado na Classe I – Crédito Trabalhista.</p>		

¹ “AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DECISÃO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA . JUSTIFICATIVA SUCINTA QUE NÃO SE CONFUNDE COM FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. DECISÃO LASTREADA EM DISPOSITIVO LEGAL DE CLARA E PACÍFICA INTERPRETAÇÃO. **ATUALIZAÇÃO ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR QUE CONSTE DA CERTIDÃO EMITIDA PELO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. ART . 9º, II, DA LEI Nº 11.101/2005.** INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INSS DEVIDO PELA EMPREGADORA QUE É DE TITULARIDADE DA UNIÃO, SENDO CORRETA SUA EXCLUSÃO . HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FORAM FIXADOS POR DECISÃO POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE FORMA QUE SE TRATA DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. PRECEDENTES DESTES E. TJSP E DO C. STJ . DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22820304020248260000 Osasco, Relator.: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 16/01/2025, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/01/2025) (grifo nosso)

² “RECUPERAÇÃO JUDICIAL – HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA – **VALORES REFERENTES AO FGTS – Direito social pertencente ao trabalhador, conforme preconiza o art. 7º, III, da Constituição Federal - Verba que ostenta natureza trabalhista, pertencendo, pois, ao trabalhador – Precedentes do STJ e desta Corte – Possibilidade de sujeição aos efeitos da recuperação judicial** - Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA (CLASSE I) – DISTINÇÃO – IMPOSSIBILIDADE - Habilitação de crédito decorrente de sentença condenatória trabalhista – Verbas que englobam indenização por danos morais decorrente da relação de trabalho – Impossibilidade de classificação de parte do crédito na classe quirografário – Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2280682-21 .2023.8.26.0000 Jundiaí, Relator.: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 06/06/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 06/06/2024) (grifo nosso)

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS									
VERBAS RESCISÓRIAS									
Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor				
50 Saldo de 2/dias Salário (líquido de faltas e DSR)	121,00	51 Comissões		52 Gratificação					
53 Adicional de Insalubridade %		54 Adicional de Periculosidade %		55 Adicional Noturno Horas a %					
56.1 Horas Extras Horas a %		57 Gorjetas		58 Descanso Semanal Remunerado (DSR)	120,95				
59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável		60 Multa Art. 477, § 8º/CLT		61 Multa Art. 479/CLT					
62 Salário-Família		63 13º Salário Proporcional 4/12 avos	1.210,00	64.1 13º Salário Exercício /12 avos					
65 Férias Proporcionais 4/12 avos	1.210,00	66.1 Férias Vencidas Per. Aquisitivo a		68 Terço Constitucional de Férias	605,00				
69 Aviso Prévio Indenizado dias		70 13º Salário (Aviso-Prévio Indenizado)		71 Férias (Aviso-Prévio Indenizado)					
95.27 Aviso Prévio - Lei 12.506/11	7.371,46	95.30 13º Indenizado Lei 12.506/11		95.32 Férias Prop. Ind. Lei 12.506/11	605,00				
95.50 Abono de Férias Resc	1.800,00								
DEDUÇÕES					TOTAL BRUTO				
Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor				
100 Pensão Alimentícia		101 Adiantamento Salarial		102 Adiantamento de 13º Salário					
103 Aviso-Prévio Indenizado dias		104 Indenização Art. 480 CLT		105 Empréstimo em Consignação					
112.1 Previdência Social	18,14	112.2 Previdência Social - 13º Salário	140,58	114.1 IRRF					
114.2 IRRF sobre 13º Salário		115.25 Mensalidade Sindical	36,30	TOTAL DEDUÇÕES	195,02				
					VALOR RESCISÓRIO LÍQUIDO				

Correção - IPCA-E									
Juros de Mora									
Richard Bragança	Valor	Data	Data Recuperação	Fator de Correção	Valor Corrigido	Data dos Juros	%	Valor dos Juros	Valor Atualizado
Principal	13.463,39	02/05/2025	19/05/2025	1,000000	13.463,39	02/05/2025	0,6%	75,25	13.538,64
FGTS	27.173,17	12/05/2025	19/05/2025	1,000000	27.173,17	12/05/2025	0,2%	62,54	27.235,71
Total	40.636,56			Total	40.636,56	Total		75,25	40.774,34

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.



Jovilson Aparecido Barroso

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIA BOTTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/12/2025 às 18:38, sob o número W1RJ25700430860. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001348-61.2025.8.26.0260 e código 2MelFq4T.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Jovilson Aparecido Barroso
CPF/MF nº: 009.175.046-66

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: 44.089,84 – Classe I
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 44.089,84 – Classe I
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, de análise dos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Termo de rescisão do contrato de trabalho; (II) Guia do FGTS Digital; e (III) Comunicação de aviso prévio do empregador

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: O termo de rescisão do contrato de trabalho e a guia do FGTS digital comprovam a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005.



Verificou-se que o contrato do trabalho encerrou-se em 23/04/2025, razão pela qual o crédito tem natureza concursal, haja vista o pedido concessão de tutela de urgência datou de 19/05/2025. O referido termo indicou o valor rescisório líquido no montante de R\$ 18.450,83. Já a GFD demonstrou saldo a pagar de R\$ 21.370,40. Ambas as verbas foram atualizadas monetariamente pelo IPCA-E até a data de 19/05/2025, com incidência de juros de mora de 1% a.m.

Cumprе registrar que os valores constantes no TRCT e na GFD foram devidamente atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹. Ainda, nos termos da jurisprudência do TJSP, os valores relativos ao FGTS devem ser pagos ao trabalhador². Assim, o valor do crédito de **Jovilson Aparecido Barroso**, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 40.178,40, conforme memória de cálculo e excerto do termo de rescisão do contrato de trabalho abaixo, devendo ser minorado na **Classe I – Crédito Trabalhista**.

¹ “AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DECISÃO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA. JUSTIFICATIVA SUCINTA QUE NÃO SE CONFUNDE COM FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. DECISÃO LASTREADA EM DISPOSITIVO LEGAL DE CLARA E PACÍFICA INTERPRETAÇÃO. **ATUALIZAÇÃO ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR QUE CONSTE DA CERTIDÃO EMITIDA PELO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. ART. 9º, II, DA LEI Nº 11.101/2005.** INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INSS DEVIDO PELA EMPREGADORA QUE É DE TITULARIDADE DA UNIÃO, SENDO CORRETA SUA EXCLUSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FORAM FIXADOS POR DECISÃO POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE FORMA QUE SE TRATA DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. PRECEDENTES DESTES E. TJSP E DO C. STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22820304020248260000 Osasco, Relator.: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 16/01/2025, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/01/2025) (grifo nosso)

² “RECUPERAÇÃO JUDICIAL – HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA – **VALORES REFERENTES AO FGTS – Direito social pertencente ao trabalhador, conforme preconiza o art. 7º, III, da Constituição Federal - Verba que ostenta natureza trabalhista, pertencendo, pois, ao trabalhador – Precedentes do STJ e desta Corte – Possibilidade de sujeição aos efeitos da recuperação judicial** - Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA (CLASSE I) – DISTINÇÃO – IMPOSSIBILIDADE - Habilitação de crédito decorrente de sentença condenatória trabalhista – Verbas que englobam indenização por danos morais decorrente da relação de trabalho – Impossibilidade de classificação de parte do crédito na classe quirografário – Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2280682-21.2023.8.26.0000 Jundiaí, Relator.: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 06/06/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 06/06/2024) (grifo nosso)



DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS									
VERBAS RESCISÓRIAS									
Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 Saldo de 23/dias Salário (líquido de O faltas e DSR)	2.767,27	51 Comissões		52 Gratificação					
53 Adicional de Insalubridade %		54 Adicional de Periculosidade %		55 Adicional Noturno Horas a %					
56 1 Horas Extras Horas a %		57 Gorjetas		58 Descanso Semanal Remunerado (DSR)					
59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável		60 Multa Art. 477, § 8º/CLT		61 Multa Art. 479/CLT					
62 Salário-Família		63 13º Salário Proporcional 4/12 avos	1.203,16	64 13º Salário Exercício /12 avos					
65 Férias Proporcionais 8/12 avos	2.406,32	66 13º Salário Vencidas Per. Aquisitivo 01/09/2023 a 31/08/2024	3.619,87	68 Terço Constitucional de Férias	2.108,99				
69 Aviso Prévio Indenizado dias		70 13º Salário (Aviso-Prévio Indenizado)		71 Férias (Aviso-Prévio Indenizado)					
95 27 Aviso Prévio - Lei 12.506/11	5.417,51	95 30 13º Indenizado Lei 12.506/11	300,79	95 32 Férias Prop. Ind. Lei 12.506/11	300,79				
95 50 Abono de Férias Resc	2.108,99								
DEDUÇÕES					TOTAL BRUTO				
Desconto					TOTAL DEDUÇÕES				
100 Pensão Alimentícia		101 Adiantamento Salarial	1.443,79	102 Adiantamento de 13º Salário					
103 Aviso -Prévio Indenizado dias		104 Indenização Art. 480 CLT		105 Empréstimo em Consignação					
112 1 Previdência Social	226,28	112 2 Previdência Social - 13º Salário	112,79	114 1 IRRF					
114 2 IRRF sobre 13º Salário									
					VALOR RESCISÓRIO LÍQUIDO				
					18.450,83				

Correção - IPCA-E									
Juros de Mora									
Jovilson Aparecido Barroso	Valor	Data	Data Recuperação	Fator de Correção	Valor Corrigido	Data dos Juros	%	Valor dos Juros	Valor Atualizado
Principal	18.450,83	23/04/2025	19/05/2025	1,004300	18.530,17	23/04/2025	0,9%	158,39	18.688,56
Fgts Multa 40%	21.370,40	02/05/2025	19/05/2025	1,000000	21.370,40	02/05/2025	0,6%	119,44	21.489,84
Total	39.821,23			Total	39.900,57	Total	158,39	40.178,40	

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.



Paulo Henrique de Jesus Assis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIA BOTTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/12/2025 às 18:38, sob o número W1RJ25700430860. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001348-61.2025.8.26.0260 e código 2MelFq4T.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Paulo Henrique de Jesus Assis
CPF/MF nº: 636.340.746-04

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 47.148,89 – Classe I
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 47.148,89 – Classe I
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Termo de rescisão do contrato de trabalho; (II) Guia do FGTS Digital; e (III) Comunicação de aviso prévio do empregador

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: O termo de rescisão do contrato de trabalho e a guia do FGTS digital comprovam a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005.



Verificou-se que o contrato do trabalho encerrou-se em 23/04/2025, razão pela qual o crédito tem natureza concursal, haja vista o pedido concessão de tutela de urgência datou de 19/05/2025. O referido termo indicou o valor rescisório líquido no montante de R\$ 16.418,07. Já a GFD demonstrou saldo a pagar de R\$ 25.427,79. Ambas as verbas foram atualizadas monetariamente pelo IPCA-E até a data de 19/05/2025, com incidência de juros de mora de 1% a.m.

Cumpra registrar que os valores constantes no TRCT e na GFD foram devidamente atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹. Ainda, nos termos da jurisprudência do TJSP, os valores relativos ao FGTS devem ser pagos ao trabalhador². Assim, o valor do crédito de **Paulo Henrique de Jesus Assis**, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 42.199,52, conforme memória de cálculo e excerto do termo de rescisão do contrato de trabalho abaixo, devendo ser minorado na **Classe I – Crédito Trabalhista**.

¹ “AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DECISÃO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA. JUSTIFICATIVA SUCINTA QUE NÃO SE CONFUNDE COM FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. DECISÃO LASTREADA EM DISPOSITIVO LEGAL DE CLARA E PACÍFICA INTERPRETAÇÃO. **ATUALIZAÇÃO ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR QUE CONSTE DA CERTIDÃO EMITIDA PELO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. ART. 9º, II, DA LEI Nº 11.101/2005.** INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INSS DEVIDO PELA EMPREGADORA QUE É DE TITULARIDADE DA UNIÃO, SENDO CORRETA SUA EXCLUSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FORAM FIXADOS POR DECISÃO POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE FORMA QUE SE TRATA DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. PRECEDENTES DESTES E. TJSP E DO C. STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22820304020248260000 Osasco, Relator.: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 16/01/2025, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/01/2025) (grifo nosso)

² “RECUPERAÇÃO JUDICIAL – HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA – **VALORES REFERENTES AO FGTS – Direito social pertencente ao trabalhador, conforme preconiza o art. 7º, III, da Constituição Federal - Verba que ostenta natureza trabalhista, pertencendo, pois, ao trabalhador – Precedentes do STJ e desta Corte – Possibilidade de sujeição aos efeitos da recuperação judicial** - Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA (CLASSE I) – DISTINÇÃO – IMPOSSIBILIDADE - Habilitação de crédito decorrente de sentença condenatória trabalhista – Verbas que englobam indenização por danos morais decorrente da relação de trabalho – Impossibilidade de classificação de parte do crédito na classe quirografário – Decisão mantida – RECURSO DESPROVIDO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2280682-21.2023.8.26.0000 Jundiaí, Relator.: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 06/06/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 06/06/2024) (grifo nosso)



DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS									
VERBAS RESCISÓRIAS									
Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 Saldo de 23/dias Salário (líquido de faltas e DSR)	2.843,79	51 Comissões		52 Gratificação					
53 Adicional de Insalubridade %		54 Adicional de Periculosidade %		55 Adicional Noturno Horas a %					
56.1 Horas Extras Horas a %		57 Gorjetas		58 Descanso Semanal Remunerado (DSR)	598,63				
59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável		60 Multa Art. 477, § 8º/CLT		61 Multa Art. 479/CLT					
62 Salário-Família		63 13º Salário Proporcional 4/12 avos	1.700,52	64.1 13º Salário Exercício /12 avos					
65 Férias Proporcionais 8/12 avos	3.433,00	66.1 Férias Vencidas Per. Aquisitivo a		68 Terço Constitucional de Férias	1.287,38				
69 Aviso Prévio Indenizado dias		70 13º Salário (Aviso-Prévio Indenizado)		71 Férias (Aviso-Prévio Indenizado)					
95.27 Aviso Prévio - Lei 12.506/11	6.684,21	95.30 13º Indenizado Lei 12.506/11	425,13	95.32 Férias Prop. Ind. Lei 12.506/11	429,13				
95.50 Abono de Férias Resc	1.287,38			TOTAL BRUTO	18.689,17				
DEDUÇÕES									
Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor
100 Pensão Alimentícia		101 Adiantamento Salarial	1.796,08	102 Adiantamento de 13º Salário					
103 Aviso -Prévio Indenizado dias		104 Indenização Art. 480 CLT		105 Empréstimo em Consignação					
112.1 Previdência Social	306,49	112.2 Previdência Social - 13º Salário	188,53	114.1 IRRF					
114.2 IRRF sobre 13º Salário				TOTAL DEDUÇÕES	2.271,10				
					VALOR RESCISÓRIO LÍQUIDO	16.418,07			

		Correção - IPCA-E		Juros de Mora					
Paulo Henrique Jesus de Assis	Valor	Data	Data Recuperação	Fator de Correção	Valor Corrigido	Data dos Juros	%	Valor dos Juros	Valor Atualizado
Principal	16.418,07	23/04/2025	19/05/2025	1,004300	16.488,67	23/04/2025	0,9%	140,94	16.629,61
Fgts Multa 40%	25.427,79	02/05/2025	19/05/2025	1,000000	25.427,79	02/05/2025	0,6%	142,12	25.569,91
Total	41.845,86			Total	41.916,46		Total	140,94	42.199,52

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.



Lauro Azevedo Magalhães

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIA BOTTA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/12/2025 às 18:38, sob o número W1RJ25700430860. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1001348-61.2025.8.26.0260 e código 2MelFq4T.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Lauro Azevedo Magalhães
CPF/MF nº: 001.158.398-36

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 542.350,00 - Classe I
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 542.350,00 - Classe I
III - Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Cópia integral do processo trabalhista

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: A cópia integral da reclamação trabalhista nº 0000067-71.2013.5.03.0075 comprova a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005, pois contém a petição inicial, a sentença de mérito, os cálculos homologados e a sentença de liquidação.

Observou-se que a decisão de ID 25d868a homologou os cálculos de ID 2dc2320, que apurou o valor principal de R\$ 137.003,01, bem como juros até 28/02/2025, no valor de R\$ 196.822,92, bem como desconto do INSS no montante de R\$ 3.314,75.

Os referidos valores foram atualizados pela Taxa Referencial, com juros de 1% a.m. a partir de 28/02/2025 sobre o valor principal, até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹. Assim, o valor do crédito de **Lauro Azevedo Magalhães**, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 335.487,93, conforme memória de cálculo abaixo, e, sendo derivado da legislação do trabalho, deve ser habilitado na **Classe I – Crédito Trabalhista**.

Nº do Processo	Valor	Data	Data Recuperação	Correção - TR		Data dos Juros	Juros de Mora		Valor Atualizado
				Fator de Correção	Valor Corrigido		%	Valor dos Juros	
Principal	137.003,01	28/02/2025	19/05/2025	1,004111	137.566,16	28/02/2025	2,6%	3.618,18	141.184,34
Juros até 28/02/2025	196.822,92	28/02/2025	19/05/2025	1,004111	197.631,97	28/02/2025	0,0%	-	197.631,97
(-) INSS	(3.314,75)	28/02/2025	19/05/2025	1,004111	(3.328,38)	28/02/2025	0,0%	-	(3.328,38)
Total	330.511,18			Total	331.869,76		Total	3.618,18	335.487,93

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.

¹ “AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DECISÃO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA . JUSTIFICATIVA SUCINTA QUE NÃO SE CONFUNDE COM FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. DECISÃO LASTREADA EM DISPOSITIVO LEGAL DE CLARA E PACÍFICA INTERPRETAÇÃO. **ATUALIZAÇÃO ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR QUE CONSTE DA CERTIDÃO EMITIDA PELO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. ART . 9º, II, DA LEI Nº 11.101/2005.** INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INSS DEVIDO PELA EMPREGADORA QUE É DE TITULARIDADE DA UNIÃO, SENDO CORRETA SUA EXCLUSÃO . HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FORAM FIXADOS POR DECISÃO POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE FORMA QUE SE TRATA DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. PRECEDENTES DESTES E. TJSP E DO C. STJ . DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22820304020248260000 Osasco, Relator.: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 16/01/2025, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/01/2025) (grifo nosso)



Vilton Silva Sampaio

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Vilton Silva Sampaio
CPF/MF nº: 093.479.618-17

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 45.903,57 – Classe I
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 45.903,57 – Classe I
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Cópia integral do processo trabalhista

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: A cópia integral da reclamação trabalhista nº 0000038-21.2013.5.03.0075 comprova a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005, pois contém a petição inicial, a sentença de mérito, os cálculos homologados e a sentença de liquidação.

Observou-se que a decisão de fls. 2.140/2.142, homologou os cálculos de elaborados pela Secretaria de Cálculos Judiciais - SECJ, e fixou crédito no valor de R\$ 45.108,33, sendo R\$ 44.900,36 a título de principal líquido e R\$ 207,97, de custas processuais. O cálculo, que constou às fls. 2.137/2;139, demonstra que o crédito decorre de multa devida pelo Reclamado, sobre o valor original de 31.130,99, atualizado até 17/09/2025, e, posteriormente, até 31/10/2025, conforme planilha de liquidação. Constaram, ainda, pagamentos parciais de R\$ 2.300,32 em 17/09/2025 e R\$ 19.012,09 em 18/09/2025, restando saldo líquido de R\$ 44.900,36, conforme sentença homologatória.

Os valores devidos foram atualizados até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹, descontando-se os montantes adimplidos. Assim, o valor do crédito de **Vilton da Silva Sampaio**, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 42.694,14, conforme memória de cálculo abaixo, e, sendo derivado da legislação do trabalho, deve ser minorado na **Classe I – Crédito Trabalhista**.

VILTON SILVA SAMPAIO	Valor	Data	Data Recuperação	Correção - TR		Data dos Juros	Juros de Mora		
				Fator de Correção	Valor Corrigido		%	Valor dos Juros	Valor Atualizado
Multa devida pelo reclamado	31.130,99	01/06/2017	19/05/2025	1,050939	32.716,77	#####	95,6%	31.289,78	64.006,55
Total (a)	31.130,99			Total	32.716,77		Total	31.289,78	64.006,55
Pagamento (-) 17/09/25	(2.300,32)	17/09/2025	19/05/2025	1,000000	(2.300,32)				(2.300,32)
Pagamento (-) 18/09/2025	(19.012,09)	18/09/2025	19/05/2025	1,000000	(19.012,09)				(19.012,09)
Total (b)	#####			Total	(21.312,41)		Total	-	(21.312,41)
Total									42.694,14

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.

¹ “AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DECISÃO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO AFASTADA . JUSTIFICATIVA SUCINTA QUE NÃO SE CONFUNDE COM FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. DECISÃO LASTREADA EM DISPOSITIVO LEGAL DE CLARA E PACÍFICA INTERPRETAÇÃO. ATUALIZAÇÃO ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR QUE CONSTE DA CERTIDÃO EMITIDA PELO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. ART . 9º, II, DA LEI Nº 11.101/2005. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INSS DEVIDO PELA EMPREGADORA QUE É DE TITULARIDADE DA UNIÃO, SENDO CORRETA SUA EXCLUSÃO . HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FORAM FIXADOS POR DECISÃO POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE FORMA QUE SE TRATA DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. PRECEDENTES DESTES E. TJSP E DO C. STJ . DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.” (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22820304020248260000 Osasco, Relator.: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 16/01/2025, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/01/2025) (grifo nosso)



SNJ Import & Exports Comércio e Indústria Ltda.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: SNJ Import & Exports Comércio e Indústria Ltda.
CNPJ/MF nº: 07.390.409/0001-00

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 330.947,38 – Classe III
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 330.947,38 – Classe III
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Notas fiscais nº 036278, 036304, 036306, 036348, 036350, 036385, 036386, 036398, 036409, e 036412.

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: A Recuperanda disponibilizou dez notas fiscais relacionadas ao crédito do credor, no valor total de R\$ 330.431,74, que comprovam a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005.

As notas fiscais totalizam o valor de R\$ 330.431,74, com múltiplos vencimentos. Os valores devidos foram atualizados pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com juros de 1% a.m. de cada individual até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹. Assim, o valor do crédito de **SNJ Import & Exports Comércio e Indústria Ltda.**, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 335.109,83, conforme memória de cálculo abaixo, devendo ser majorado na **Classe III – Crédito Quirografário**.

Nota Fiscal	Valor	Vencimento	Data Recuperação	Correção - TJ-SP		Data dos Juros	Juros de Mora		
				Fator de Correção	Valor Corrigido		%	Valor dos Juros	Valor Atualizado
36412	2.028,95	24/04/2025	19/05/2025	1,004300	2.037,67	24/04/2025	0,8%	16,75	2.054,42
36385	41.492,50	22/04/2025	19/05/2025	1,004300	41.670,92	22/04/2025	0,9%	369,90	42.040,82
36306	14.200,80	07/04/2025	19/05/2025	1,004300	14.261,86	07/04/2025	1,4%	196,93	14.458,79
36398	715,00	23/04/2025	19/05/2025	1,004300	718,07	23/04/2025	0,9%	6,14	724,21
36386	285,87	22/04/2025	19/05/2025	1,004300	287,10	22/04/2025	0,9%	2,55	289,65
36350	180,80	11/04/2025	19/05/2025	1,004300	181,58	11/04/2025	1,2%	2,27	183,85
36278	114,47	03/04/2025	19/05/2025	1,004300	114,96	03/04/2025	1,5%	1,74	116,70
36348	2.665,50	11/04/2025	19/05/2025	1,004300	2.676,96	11/04/2025	1,2%	33,44	2.710,41
36304	60.647,85	07/04/2025	19/05/2025	1,004300	60.908,64	07/04/2025	1,4%	841,04	61.749,68
36409	208.100,00	23/04/2025	19/05/2025	1,004300	208.994,83	23/04/2025	0,9%	1.786,48	210.781,31
Total	330.431,74			Total	331.852,60		Total	3.257,23	335.109,83

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.

¹ “Agravado de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. **Atualização monetária que deve ocorrer até a data do pedido de recuperação judicial . Inteligência do art. 9º, II, da LREF. Doutrina e Precedentes pacificados nesse sentido.** Fundamentos apresentados pelo agravante que se mostram desconexos e teratológicos . Aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC, que deve prevalecer, ante o manifesto e injustificado caráter protelatório perpetrado na origem. Agravado desprovido.” (TJ-SP - Agravado de Instrumento: 22811946720248260000 Caconde, Relator.: Natan Zelinschi de Arruda, Data de Julgamento: 29/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/10/2024) (grifo nosso)



Vita Serviços Administrativos Ltda.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Vita Serviços Administrativos Ltda.
CNPJ/MF nº: 48.763.681/0001-76

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 12.300,00 – Classe III
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 12.300,00 – Classe III
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Nota fiscal eletrônica nº 76

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: A Recuperanda disponibilizou nota fiscal eletrônica de serviço pontual, relacionada ao crédito do credor, no valor total de R\$ 12.300,00, que comprova a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005. O valor devido foi atualizado pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com juros de 1% a.m. a partir de 22/04/2025, até a data do pedido de recuperação

judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹. Assim, o valor do crédito de **Vita Serviços Administrativos Ltda.**, atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 12.462,54, conforme memória de cálculo abaixo, devendo ser majorado na **Classe III – Crédito Quirografário**.

Ref.	Valor	Data	Data Recuperação	Correção - TJ-SP		Data dos Juros	Juros de Mora		
				Fator de Correção	Valor Corrigido		%	Valor dos Juros	Valor Atualizado
Nota Fiscal nº	12.300,00	22/04/2025	19/05/2025	1,004300	12.352,89	22/04/2025	0,9%	109,65	12.462,54
Total	12.300,00			Total	12.352,89		Total	109,65	12.462,54

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.

¹ “Agravamento de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. **Atualização monetária que deve ocorrer até a data do pedido de recuperação judicial . Inteligência do art. 9º, II, da LREF. Doutrina e Precedentes pacificados nesse sentido.** Fundamentos apresentados pelo agravante que se mostram desconexos e teratológicos . Aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC, que deve prevalecer, ante o manifesto e injustificado caráter protelatório perpetrado na origem. Agravamento desprovido.” (TJ-SP - Agravamento de Instrumento: 22811946720248260000 Caconde, Relator.: Natan Zelinschi de Arruda, Data de Julgamento: 29/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/10/2024) (grifo nosso)



Gestão Contabilidade Ltda.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Gestão Contabilidade Ltda.
CNPJ/MF nº: 05.571.106/0001-69

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 9.000,00 – Classe III
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 9.000,00 – Classe III
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, de análise dos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Nota fiscal eletrônica nº 11588

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: A Recuperanda disponibilizou nota fiscal eletrônica de serviço pontual, relacionada ao crédito do credor, no valor total de R\$ 9.000,00, que comprova a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei 11.101/2005. O valor devido foi atualizado pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com juros de 1% a.m. a partir de 22/04/2025, até a data do pedido de recuperação



judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 e jurisprudência do E. TJSP¹. Assim, o valor do crédito de **Gestão Empresarial Ltda.** atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, perfaz o montante de R\$ 9,118,93, conforme memória de cálculo abaixo, devendo ser majorado na **Classe III – Crédito Quirografário**.

Ref.	Valor	Data	Data Recuperação	Correção - TJ-SP		Data dos Juros	Juros de Mora		
				Fator de Correção	Valor Corrigido		%	Valor dos Juros	Valor Atualizado
NFº	9.000,00	22/04/2025	19/05/2025	1,004300	9.038,70	22/04/2025	0,9%	80,23	9.118,93
Total	9.000,00			Total	9.038,70		Total	80,23	9.118,93

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.

¹ “Agravado de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. **Atualização monetária que deve ocorrer até a data do pedido de recuperação judicial . Inteligência do art. 9º, II, da LREF. Doutrina e Precedentes pacificados nesse sentido.** Fundamentos apresentados pelo agravante que se mostram desconexos e teratológicos . Aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC, que deve prevalecer, ante o manifesto e injustificado caráter protelatório perpetrado na origem. Agravado desprovido.” (TJ-SP - Agravado de Instrumento: 22811946720248260000 Caconde, Relator.: Natan Zelinschi de Arruda, Data de Julgamento: 29/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 29/10/2024) (grifo nosso)



Banco Santander S.A.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: Banco Santander S.A.
CNPJ/MF nº: 90.400.888/0001-42

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 746.477,66 – Classe III
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 746.477,66 – Classe III
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Cédula de crédito bancário nº 62.621454.1

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: A Recuperanda disponibilizou cédula de crédito bancário de nº 62.621454.1. A referida CCB demonstra que o último pagamento deveria ter sido realizado no ano de 2013. Todavia, não houve informações sobre inadimplemento ou liquidação parcial, tampouco sobre a distribuição de eventual execução de título extrajudicial.



A Administradora Judicial solicitou esclarecimentos à Recuperanda em 01/12/2025, todavia, não obteve resposta até o final da análise. Sendo assim, não ficou cabalmente comprovada a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual o crédito foi excluído.

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.



SDK Elétrica e Eletrônica Ltda.

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITOS

Recuperação Judicial de Sadokin Eletroeletrônica Ltda.

Processo nº 1001348-61.2025.8.26.0260

1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado 1ª RAJ/7ªRAJ/9ª RAJ

DADOS DO CREDOR
Nome: SDK Elétrica e Eletrônica Ltda.
CNPJ/MF nº: 55.257.356/0001-05

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO
<input type="checkbox"/> HABILITAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> DIVERGÊNCIA <input type="checkbox"/> EXCLUSÃO
I - Valor e classificação do crédito declarado pela Recuperanda: R\$ 775.892,13 – Classe III
II - Valor e classificação do crédito pretendido pela Recuperanda: R\$ 775.892,13 – Classe III
III – Motivação Trata-se de análise do crédito promovida pela Administradora Judicial, com base nos livros e documentos contábeis da Recuperanda, prerrogativa prevista no art. 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005. Em 31/10/2025, esta Auxiliar requereu documentação comprobatória dos créditos arrolados, o que foi disponibilizado pela Recuperanda em 10/11/2025.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DIVERGÊNCIA
(I) Planilha com descritivo de valores vencidos e pagos a título de aluguel da Fábrica Ouro Fino/MG.

RESULTADO DA ANÁLISE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL
<input type="checkbox"/> Acolhido <input type="checkbox"/> Parcialmente acolhido <input checked="" type="checkbox"/> Não acolhido
Considerações: A Recuperanda disponibilizou planilha informando tratar-se de valores devidos e pagos a título de aluguéis referentes aos exercícios de: 01/01/2010 a 01/01/2025. Todavia, não foi apresentado o contrato de aluguel que formaliza a avença entre as partes.



A Administradora Judicial solicitou esclarecimentos à Recuperanda em 12/11/2025, todavia, não obteve resposta até o final da análise. Sendo assim, não ficou cabalmente comprovada a existência, exigibilidade e liquidez do crédito, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005, razão pela qual o crédito foi excluído.

Informa a Auxiliar que os documentos estão à disposição de todos interessados para consulta/conferência, mediante prévia solicitação através do e-mail rj.sadokin@gatekeeperaj.com.br.